

ACTA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA DEZOITO DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZ. -----

Aos dezoito dias do mês de Junho de dois mil e dez, reuniu pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

1. Expediente -----
2. Actas -----
3. Conselho Municipal de Segurança – Composição – Cumprimento da alínea g) do nº 1 e nº 3 do artigo 4º do Regulamento – indicação de dois cidadãos em falta. ---
4. Indicação de cidadãos para a Comissão Alargada da CPCJ – Cumprimento da alínea l) do artigo 17 da Lei 147/99, de 1 de Setembro. -----
5. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL -----
- a) Segunda Revisão ao Orçamento da Despesa de dois mil e dez. -----
6. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA -----

Efectuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: Ramiro Francisco Guiomar Beja, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Nuno Alexandre Vilhena Braz, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Joaquim António Gamito, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, Sandra Maria Brás Coelho, Teresa Isabel Matos Pereira, António João Antunes Isidoro, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, Fernando Augusto Pereira de Sousa, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos. -----

Não compareceram os membros: Alexandre António Cantigas Rosa, José Élio Sucena, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, José Joaquim Catalino dos Santos, Jaime António Pereira Pires de Cáceres. -----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vitor Proença e dos Senhores Vereadores Margarida Santos, Arnaldo Frade, José Rosado, Álvaro Beijinha e Carlos Pereira Dias.-----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

O Senhor Presidente colocou para apreciação da Assembleia os pedidos de suspensão dos mandatos, apresentados pelos senhores, José Sucena, eleito da CDU, Alexandre Rosa e Maria Dulce Rito Almeida, eleitos do PS. -----

Não foram levantadas objecções, pelo que o Senhor Presidente procedeu à substituição dos mesmos, pelos eleitos que se seguem nas respectivas listas, convocados para o efeito, Senhores Nuno Miguel Francisco, eleito da CDU, Antonina Almeida Rodrigues e José Joaquim Pinheiro, eleitos do PS, os quais procederam à leitura do compromisso de honra de aceitação de funções. -----

O Senhor Presidente deu ainda conhecimento de que os Senhores José Joaquim Catalino dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Abela e o Senhor Jaime António Pires de Cáceres, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, se faziam representar na presente Sessão, pelos seus substitutos legais, Senhora Maria Odília Matos e Senhor Norberto Valente Barradas, respectivamente. -----

INCLUSÃO DE ASSUNTO NA ORDEM DO DIA: -----

Por solicitação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente colocou para discussão e votação a proposta de inclusão do seguinte assunto, tendo em conta a sua urgência: **“Desafecção de uma parcela de terreno do domínio público, com a área de 1.115,00 m2, para ampliação da área do Lote 8, do Loteamento Municipal da ZAM Sul, de Santiago do Cacém.” -----**

Não houve inscrições para o uso da palavra, tendo a **proposta sido aprovada, por unanimidade**, com a inclusão de uma alínea b) na Ordem do Dia. -----

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO ESCRITOR JOSÉ SARAMAGO -----

Pela Senhora Maria da Conceição Pinela Pereira, 1ª Secretária da Assembleia Municipal, foi apresentado a seguinte proposta de texto de Voto de Pesar pelo falecimento do Escritor José Saramago: -----

-----“VOTO DE PESAR -----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém manifesta o seu profundo pesar, a sua enorme mágoa pelo falecimento do escritor José Saramago – e expressa as suas sentidas condolências à sua companheira, Pilar del Rio e restante família. -----

A morte de José Saramago constitui uma perda irreparável para Portugal, para a cultura portuguesa e para o Mundo. -----

A dimensão intelectual, artística, humana, cívica, de José Saramago faz dele uma figura maior da nossa História. -----

A vida e obra de José Saramago têm uma dimensão internacional. -----

A sua vasta, notável e singular obra literária – reconhecida com a atribuição, em 1998, do Prémio Nobel da Literatura - ficará como marca impressiva na História da Literatura Portuguesa, da qual ele é um dos nomes mais relevantes. -----

Recordamos nesta data a admirável sessão realizada com José Saramago em 2001 na Biblioteca Municipal de Santiago do Cacém que esgotou a sua capacidade tantos aqueles que o quiseram escutar. -----

Construtor de Abril, enquanto interveniente activo na resistência ao fascismo, ele deu continuidade a essa intervenção no período posterior ao Dia da Liberdade como protagonista do processo democrático que viria a transformar profunda e positivamente o nosso País com a construção de uma democracia que tinha como referência primeira a defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País.” -----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão, não havendo inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**. -----

BOLETIM MUNICIPAL – DIVULGAÇÃO DE MOÇÕES APROVADAS NA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINTE E QUATRO DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZ. -----

O Senhor António Isidoro, eleito do PSD, questionou sobre a não publicação da Moção apresentada pelos eleitos do PSD, naquela Sessão, relativa aos “*acessos ao Hospital do Litoral Alentejano – transportes.*”, ao contrário do que sucedeu com outras moções aprovadas naquela Sessão. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que iria ver o assunto com os Serviços de Informação da Câmara Municipal. -----

Mais informou que ainda não houve evolução relativamente à matéria referida na Moção. -----

ENCERRAMENTO DE ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO NO MUNICÍPIO -----

O Senhor Fernando Gonçalves, eleito da CDU, perguntou se a Câmara Municipal tinha informação sobre o encerramento de escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico no Município que possa fazer chegar às Juntas de Freguesia, para ser dado conhecimento às populações. -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que numa reunião na DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, foi dado conhecimento da intenção do Governo de encerrar as escolas com menos de vinte e um alunos, não levando em linha de conta o que ficou estabelecido nas cartas educativas dos municípios. Acrescentou que no Município de Santiago do Cacém foram assinaladas várias escolas para encerrar, nomeadamente as EB1 de S. Francisco, Aldeia de Santo André, Brescos, Arealão, Sonega, Vale de Água, Foros do Locário, Abela, Relvas Verdes, Aldeia de Chãos. Acrescentou que a Câmara Municipal só aceitará o encerramento dos estabelecimentos que não tenham condições para funcionar, não tendo somente em conta a redução do número de alunos, até porque, referiu que existem exemplos no Município em que num determinado ano lectivo o número de alunos reduziu e no ano seguinte aumentou significativamente, pelo que, considerou que as situações terão que ser avaliadas caso a caso e de forma prospectiva. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra à Senhora Vereadora Margarida Santos, a qual referiu que o Senhor Secretário de Estado da Educação transmitiu, numa reunião na DREA, a intenção do Governo de encerrar todas as escolas com menos de vinte e um alunos. Acrescentou que a Câmara Municipal considerava que aquela decisão não era aceitável no que respeita às escolas do Município, avaliando, cada situação, com as Associações de Pais, Agrupamentos escolares e Juntas de Freguesia. -----

Mais referiu que até à data não foi apresentada à Câmara Municipal uma proposta formal, por parte do Ministério da Educação, sobre as escolas a encerrar. -----

Referiu ainda que a ANMP – Associação Nacional de Municípios, estava num processo de discussão do assunto com o Ministério da Educação, dado que esta medida implica um esforço significativo de transportes e refeições que não poderá ser suportado somente pelas autarquias. -----

ERMIDAS SADO – INTERVENÇÕES EM EQUIPAMENTOS URBANOS -----

O Senhor Alberto de Brito, eleito do PS, questionou se ia haver uma intervenção na EBI, nº 2 de Ermidas. -----

Solicitou informação sobre o ponto de situação das intervenções no pontão da Arrentinha, junto ao caminho-de-ferro, na Rua nº 37, Rua do Alentejo, constantes nas Grandes Opções do Plano para o ano em curso. -----

Acrescentou que, há seis meses, que foram feitas intervenções no passeio, junto ao Jardim e na Rua nº 30, mas o pavimento não foi repostado, situação que deverá ser corrigida antes das Festas de Santa Maria. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que estão sendo coordenadas várias intervenções nas freguesias, não tendo uma data exacta das intervenções previstas para Ermidas. -----

Passou em seguida a palavra ao Senhor Vereador José Rosado, o qual informou que estava a ser ultimado um plano de intervenção naquela Escola, na cobertura, pintura e outras, e a analisar a viabilidade de criação de mais uma sala, para responder ao pedido da Associação de Pais. -----

Relativamente aos passeios, informou que a situação existente resultou de intervenções devido a roturas nas canalizações, o que aconteceu em várias freguesias, pelo que, estão sendo programadas as intervenções, com a definição de prioridades, sendo que Ermidas será das primeiras. Acrescentou que os trabalhos serão adjudicados a uma empresa externa, tendo em conta a sua dimensão. -----

Em relação ao pontão da Arrentinha, informou que também está em programação, existindo algumas dificuldades processuais para a contratação pública dos trabalhos. ----

MOÇÃO SOBRE ATAQUE ISRAELITA A BARCO COM AUXILIO HUMANITÁRIO À PALESTINA. -----

Pelo Senhor Daniel Silvério, eleito da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:-----

-----“MOÇÃO-----

As forças militares israelitas atacaram uma missão de ajuda humanitária que se dirigia à Palestina com cerca de dez mil toneladas de bens de primeira necessidade para fazer frente à calamitosa situação humanitária na Faixa de Gaza resultante do ilegal bloqueio mantido contra este território e o seu povo. -----

O ataque contra esta missão humanitária custou, até agora, a vida de 15 civis de várias nacionalidades e constitui uma flagrante e chocante violação das mais elementares regras do direito internacional, um acto de pirataria e mais uma prova da política de terrorismo do Estado de Israel. -----

A Assembleia Municipal repudia mais este crime de Israel e exige do Governo Português a sua condenação, designadamente no âmbito da política externa portuguesa e da participação de Portugal nas diversas instâncias internacionais, de modo a não permitir qualquer impunidade de Israel. -----

A Assembleia Municipal exige que o governo português retire deste acontecimento todas as consequências políticas, diplomáticas e de relacionamento com o Estado de Israel.-----

A Assembleia Municipal manifesta o seu apoio à luta do povo palestino pela edificação do Estado da Palestina nas fronteiras anteriores a 1967 e com Capital em Jerusalém e expressa o seu protesto, indignação e condenação face a mais um hediondo crime do Governo e das forças militares israelitas. -----

Moção a enviar a entidades oficiais e a divulgar nos órgãos da Comunicação Social.” ---

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----
Interveio o Senhor Francisco Roque, eleito do BE, referindo que se tratou de mais um acto terrorista que é necessário condenar. -----
Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e cinco votos a favor, sendo vinte e um dos eleitos da CDU, Senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Nuno Miguel Francisco, Maria Odília Matos, Norberto Valente Barradas, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos. Três dos eleitos do PSD, Senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e um do eleito do BE, Senhor Francisco Alves Barbosa de Castro Roque.-----
Cinco votos contra, dos eleitos do PS, Senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Antonina Almeida Rodrigues e José Joaquim Pinheiro. -----
Duas abstenções, de eleitos do PS, senhores Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito e Sandra Maria Brás Coelho. -----

MOÇÃO SOBRE A CRISE ECONÓMICA/FINANCEIRA -----

Pelo Senhor Pedro Gamito, eleito da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:-----

“MOÇÃO-----

A crise que se vive em Portugal, na Europa e no Mundo, é o resultado da crescente financeirização da economia, da protecção da especulação que afecta as economias mais vulneráveis, procurando impor-lhes, com o apoio dos respectivos governos, inaceitáveis condições de regressão social, de declínio económico e de perda da soberania, visando garantir uma cada vez maior concentração da riqueza. -----

Desobrigar o Estado das suas funções sociais e dismantelar as redes de serviços que as concretizam, oferecer novas oportunidades de negócios aos grandes grupos económicos, reduzir o serviço público às chamadas funções de soberania, instrumentalizar e amordaçar a Administração Pública, subordinar e limitar a autonomia das autarquias são objectivos aqui e além declarados, mas nunca proclamados, que têm vindo a ser seguidos e que agora se pretende intensificar. -----

. Encerram centros de saúde, urgências e hospitais concelhios, encerram escolas, como agora as 900 anunciadas a somar às 2500 já encerradas, sempre em nome da eficácia, da eficiência e da qualidade, abrem negócios alternativos ou complementares numa lógica de “fecha público, abre privado”.-----

. Força-se a entrada de capitais e a gestão privada de águas, esgotos e lixos com o pretexto da qualidade, disparam os preços e degrada-se o serviço.-----

No seguimento das medidas gravosas contidas no Orçamento de Estado para 2010 e no PEC 2010/2013 aprovadas pelo PS com o apoio do PSD e CDS e do PSD respectivamente, o governo e o PSD entenderam-se para aprovar medidas adicionais ainda mais gravosas.-----

São medidas que penalizam os mesmos de sempre: -----

- . O imposto adicional sobre o IRS é um verdadeiro roubo aos salários dos trabalhadores e às reformas, agravado com o aumento do custo de vida na sequência do aumento das taxas de IVA; -----
- . O ataque ao subsídio de desemprego desprotege ainda mais os desempregados e pressiona a baixa geral dos salários;-----
- . A diminuição das comparticipações dos medicamentos que afecta particularmente os reformados com baixas reformas; -----
- . O corte no investimento público irá penalizar o desenvolvimento nacional, agravando ainda mais o desemprego e a recessão económica;-----
- . O ataque ao consumo interno penalizará ainda mais as micro, pequenas e médias empresas;-----
- . Com as privatizações anunciadas alienam-se serviços públicos e alavancas fundamentais da nossa economia, ao mesmo tempo que se perdem recursos financeiros essenciais para o país. -----

1. Considerando que no quadro destas medidas o governo desenvolve um novo passo no ataque à autonomia financeira e administrativa das autarquias impondo novos cortes na sua participação nas receitas e regras na política de pessoal que violam a autonomia do Poder Local e comprometem o exercício das suas competências;-----
2. Considerando que com as medidas agora propostas, o Estado aumenta a sua receita e reduz a sua despesa, enquanto que a Administração Local vê diminuir as suas duas principais fontes de receita e aumentarem os seus pagamentos ao Estado – não há proporcionalidade nem solidariedade recíproca;
3. Considerando que os cortes das receitas municipais (que pesam uns ridículos 1,6% no OE) e o acréscimo de despesa das autarquias a benefício do estado Central são o caminho que vem sendo seguido para a total asfixia das economias locais, particularmente nas regiões do país com maiores carências;-----
4. Considerando que a descapitalização acelerada dos municípios e freguesias, por fim, terá reflexos desastrosos, a médio e longo prazo, na capacidade de conservação das infraestruturas e equipamentos públicos essenciais;-----
5. Considerando que o Poder Local está, acima de tudo, solidário com as populações em mais este momento difícil em que são anunciados mais cortes nos orçamentos familiares, porque delas emerge directamente e lhe cabe representá-las e defender os seus interesses. -----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em 18 de Julho de 2010, delibera:-----

- . Manifestar o mais vivo repúdio por estas medidas que impedem as autarquias de levar por diante uma política de defesa dos interesses das populações que representam.-----
 - . Desenvolver uma linha de informação e esclarecimento às populações das consequências destas medidas identificando os seus responsáveis.-----
 - . Desenvolver o conjunto de outras acções e iniciativas que possam dar expressão ao protesto das autarquias e das populações. -----
 - . Manifestar a solidariedade com os trabalhadores e populações atingidos nos seus direitos, no emprego, nos salários, nos serviços públicos e direitos sociais. -
- Moção a enviar a entidades oficiais e a divulgar nos órgãos da Comunicação Social.” -----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o Senhor Presidente colocou a proposta, de imediato, a votação, a qual foi aprovada, por maioria, com vinte dois votos a favor, sendo vinte e um dos eleitos da CDU, Senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Nuno Miguel Francisco, Maria Odília Matos, Norberto Valente Barradas, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e um do eleito do BE, Senhor Francisco Alves Barbosa de Castro Roque.-----
Nove votos contra, sendo cinco dos eleitos do PS, Senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Antonina Almeida Rodrigues e José Joaquim Pinheiro, e três dos eleitos do PSD, Senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes.-----
Uma abstenção do eleito do PS, senhores Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito. -----

----- ORDEM DO DIA: -----

1. Expediente -----

Foi dado conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços da Assembleia Municipal desde a última Sessão Ordinária, em vinte e oito de Abril de dois mil e dez, até à presente data, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número três, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

2. Actas-----

O senhor Presidente colocou para discussão e aprovação a **acta número um**, da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal que teve lugar no dia vinte dezanove de Fevereiro de dois mil e dez, a qual foi **aprovada, por maioria**, com cinco abstenções, dos Senhores José Joaquim Pinheiro, Antonina Almeida Rodrigues, Maria Odília de Matos e Norberto Valente Barradas, por não terem estado presentes.-----

O Senhor Presidente colocou para discussão e aprovação a **acta número dois**, da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal que teve lugar, no dia vinte e três de Abril de dois mil e dez, a qual foi **aprovada, por maioria**, com três abstenções, dos Senhores José Joaquim Pinheiro, Antonina Almeida Rodrigues e Maria Odília de Matos, por não terem estado presentes.-----

3. Conselho Municipal de Segurança – Composição – Cumprimento da alínea g) do nº 1 e nº 3 do artigo 4º do Regulamento – indicação de dois cidadãos em falta.-----

O Senhor Presidente apresentou a proposta da Mesa da Assembleia, para discussão e votação, com os seguintes cidadãos: **Sónia Regina Sobral Gonçalves**, 24 anos, Professora, natural de S. Domingos, residente na Freguesia de Vale de Água.-----

Jorge Manuel Mata Magrinho, 39 anos, Operador Químico, natural de Ferreira do Alentejo, residente em Relvas Verdes, Santiago do Cacém.-----

Não havendo inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a proposta a votação, por voto secreto, tendo sido apurados os seguintes resultados: -----

- **Sónia Gonçalves – 26 votos a favor.**-----

- **Jorge Magrinho - 27 votos a favor.**-----
Foram ainda apurados 2 votos nulos e 3 votos em branco.-----

4. Indicação de cidadãos para a Comissão Alargada da CPCJ – Cumprimento da alínea l) do artigo 17 da Lei 147/99, de 1 de Setembro.-----

O Senhor Presidente informou que era necessário indicar quatro cidadãos para aquela Comissão, mas que nesta data só era possível indicar dois, propondo para o efeito as Senhoras: **Maria Pereira Delgado**, Licenciada em Serviço Social, residente em S. Domingos, e **Telma Sofia Teixeira Graça**, Psicóloga, residente em Cercal do Alentejo. O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão e votação. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que se passou de imediato à sua votação, por voto secreto, tendo sido apurados os seguintes resultados: -----

- **Maria Pereira Delgado – 29 votos a favor.** -----
- **Telma Sofia Teixeira Graça – 29 votos a favor.** -----
Foram ainda apurados 3 votos em branco. -----

5. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

--- a) **Segunda Revisão ao Orçamento da Despesa de dois mil e dez;**-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar a Segunda Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de dois mil e dez. * -----

FUNDAMENTOS: Um – De acordo com o ponto 8.3.1 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro.-----

Dois – Conforme disposto na alínea b) do nº. 2 do artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº.5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

* Documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número quinze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

O Senhor Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que o Senhor Presidente a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada por maioria**, com vinte e cinco votos a favor, sendo vinte e um dos eleitos da CDU, Senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Nuno Miguel Francisco, Maria Odília Matos, Norberto Valente Barradas, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos.-----

Três dos eleitos do PSD, Senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes.-----

E um do eleito do BE, Senhor Francisco Alves Barbosa de Castro Roque. -----

Sete votos contra, dos eleitos do PS, Senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Antonina Almeida Rodrigues, José Joaquim Pinheiro e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito.-----

--- b) Desafecção de uma parcela de terreno do domínio público, com a área de 1.115,00 m², para ampliação da área do Lote 8, do Loteamento Municipal da ZAM Sul, de Santiago do Cacém.-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Desafecção de uma parcela de terreno do domínio público Municipal, com a área de 1.115,00 metros quadrados, para ampliação da área do lote 8, loteamento Municipal da ZAM Sul, Santiago do Cacém, prédio descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1762/19960301, ficando o mesmo com a área de 1.515 m².-----

FUNDAMENTOS: De acordo com o artigo 64, n.º 6, alínea a) do Dec. Lei 169/99, de 18.09, com a redacção da Lei 5-A/2002, compete à Câmara Municipal apresentar à Assembleia Municipal proposta para a desafecção de 1.115,00 metros quadrados de terreno do domínio público do Município para ampliação da área do lote 8 da ZAM Sul – Santiago do Cacém. -----

Nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 53 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, cabe à Assembleia Municipal deliberar sobre a afectação e desafecção de bens do domínio público municipal. -----

A referida área de 1115,00 m² encontra-se descaracterizado e sem qualquer tipo de utilização.” -----

O Senhor Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o Senhor Presidente a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

6. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou a Informação da Actividade da Câmara Municipal relativa aos meses de Março, Abril e Maio do ano em curso, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número dezasseis, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

Não houve inscrições para o uso da palavra.-----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pela Senhora Primeira Secretária a relação em minuta das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em acta. -----

Após a leitura foi a mesma colocada a discussão pelo senhor Presidente, não se tendo verificado inscrições para o fazer. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, eram vinte e duas horas e trinta e cinco minutos.-----

Desta Sessão se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa. ----

